

Mudanças assustam as entidades civis

ZENAIDE AZEREDO

As entidades de defesa dos direitos humanos no Brasil encontram-se em pânico. Ontem, dezenas delas telefonaram para a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH) em busca de informações sobre o destino daquela que foi, nos últimos quatro anos, o maior apoio, no Legislativo, para presidiários, negros, mulheres, índios, sem-terra, refugiados, migrantes, ex-presos políticos, gays e meninos de rua, além de vários outros segmentos das minorias brasileiras.

O receio de que a comissão caia nas mãos de um partido de direita ou seja presidida pelo ex-capitão do Exército, Jair Bolsonaro (PPB-RJ), um dos voluntários do partido que pode presidir a CDH, fez com que esses movimentos enviassem cartas à presidência da Câmara, solicitando que a comissão continue com alguém "comprometido com a causa". Esse foi o argumento usado pelo presidente do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Romeu Olmar Klich, em documento encaminhado ontem ao deputado Michel Temer (PMDB-SP). "Não podemos ter um retrocesso desse tamanho na Comissão dos Direitos Humanos. Seu presidente deve ser alguém identificado com a história e com a luta dos direitos humanos no Brasil. É preciso que se dê continuidade a isso", afirmou o presidente do MDH, uma entidade não-governamental que atua no Brasil há 16 anos.

De Maceió, outro que ligou preocupado foi o presidente do Fórum Permanente de Luta contra a Violência em Alagoas, Pedro Montenegro. "Não é que a gente queira que saia do PT o novo presidente da Comissão. O que não queremos é que a presidência de um órgão tão importante seja ocupada por alguém com posições completamente antagônicas aos seus propósitos", disse em entrevista ao Jornal de Brasília. Na carta enviada a Temer, Montenegro insistiu na tese, segundo a qual o presidente da CDH deve

ser alguém com o perfil de uma pessoa ligada aos direitos humanos e à sua história.

Responsável pelo encaminhamento à Comissão, mês passado, de um dossiê contendo dados sobre a violência policial em Alagoas, Montenegro lastimou o fato da escolha da Comissão dos Direitos Humanos, pelo PPB, ter provocado o cancelamento da visita que a CDH faria a Alagoas quinta-feira, para acompanhar as investigações de violência no estado.

Refugiados

Postura semelhante tiveram o padre Virgílio Uchôa, assessor político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e a irmã Rosita Milesi, missionária da Congregação de São Carlos. Nenhum dos dois vai pressionar a Câmara, mas ambos esperam que prevaleça o bom senso. Irmã Rosita ressaltou o grande apoio da CDH, em 1997, na aprovação da lei que implementou o Estatuto dos Refugiados. Só no Brasil são cerca de 2 mil 200 pessoas nessa situação, a maioria oriunda de Angola. Ela lembrou que graças à CDH, o conceito de "refugiados" foi, inclusive, ampliado, passando a amparar qualquer pessoa que sofra violação generalizada e sistemática em seus direitos humanos.

Mais direto, o presidente da Associação Brasileira de Anistiados Políticos (Abap), Carlos Fernandes, em carta ao presidente Temer, pediu que fosse acolhido o recurso do deputado Marcelo Deda, líder do PT na Câmara, com vistas a assegurar a esse partido a preferência na escolha da CDH. Ao líder do PPB, deputado Odelmo Leão (MG), Fernandes alertou-o "respeitosamente" para o fato de que, diante do "alto interesse para a soberania nacional", a comissão da Amazônia (o que restou para o PT) deveria ser assumida pelo PPB, devido ao seu maior "interesse político". Já a CDH, pela natureza de seus assuntos, "deveria permanecer com o bloco de oposição", sugeriu.

14 MAR 1998

JORNAL DE BRASÍLIA